Considerando as circunstâncias antes mencionadas e a oportunidade de ser dado início aos trabalhos no ano em curso, para os quais foi previsto o prazo de 180 dias;

Tornando-se necessário, de harmonia com o artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957, repartir pelos anos económicos de 1960 e 1961 os respectivos encargos;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com Luís Faria Godinho para a execução da empreitada de construção da rede de esgotos das Caldas de Monchique (1.ª fase), pela importância de 546 443\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despendir com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 200 000\$ no corrente ano e 346 443\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1961.

Art. 3.º Como consequência do disposto nos artigos anteriores considera-se revogado o Decreto n.º 42 653, de 18 de Novembro de 1959.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Agosto de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

1.ª Repartição

Portaria n.º 17 892

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, reforçar com a quantia de 250 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 1399.º, n.º 2), alínea a) «Encargos gerais — Deslocações do pessoal — Ajudas de custo e subsídios inerentes às deslocações fora da província — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor na província de Angola, tomando como contrapartida as disponibilidades que se discriminam da referida tabela de despesa:

CAPITULO 7.º

Repartição Central dos Serviços Geográficos e Cadastrais

Despesas com o pessoal:

Artigo 1256.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:	
N.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos»	222 000\$00
N.º 2) «Pessoal contratado — Vencimentos»	28 000\$00
	<hr/>
	250 000\$00

Ministério do Ultramar, 9 de Agosto de 1960. — Pelo Ministro do Ultramar, Adriano José Alves Moreira, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — A. Moreira.

Portaria n.º 17 893

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, abrir em Angola um crédito especial da quantia de 53 716\$, a aditar ao capítulo 5.º, artigo 773.º, com o n.º 3) «Encargos administrativos — Participação em receitas — Percentagens sobre as receitas a pagar a quatro inspectores de Fazenda e a dois inspectores contabilistas», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província para o corrente ano, tomando como contrapartida as disponibilidades que se indicam da mesma tabela de despesa:

CAPITULO 5.º

Inspeção Provincial de Fazenda e Contabilidade

Despesas com o pessoal:

Artigo 772.º, n.º 1) «Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei»	28 000\$00
Artigo 773.º, n.º 1) «Remunerações acidentais — Gratificações pelos serviços de inspeção»	25 716\$00
	<hr/>
	53 716\$00

Ministério do Ultramar, 9 de Agosto de 1960. — Pelo Ministro do Ultramar, Adriano José Alves Moreira, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — A. Moreira.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA

Direcção-Geral dos Combustíveis

Para os devidos efeitos se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado do Comércio de 15 de Julho de 1960, o Fundo de Abastecimento, pelas vendas feitas à C. P., receberá das companhias abastecedoras \$21 por litro de gasóleo e pagará \$306 por quilo-grama de *fuel-oil* no período de 1 de Julho a 30 de Setembro do corrente ano.

Direcção-Geral dos Combustíveis, 30 de Julho de 1960. — O Director-Geral, Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Processo n.º 30 118. — Autos de recurso penal vindos da Relação do Porto. Recorrente para o tribunal pleno, António Rodrigues Ferreira da Costa. Recorrido, Ministério Público.

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça:

A Relação do Porto, decidindo o recurso interposto pelo Ministério Público da sentença do juiz da comarca de Esposende que condenou o réu António Rodrigues Ferreira da Costa por ter praticado o crime previsto e punido nas disposições combinadas dos artigos 368.º do Código Penal, 58.º, n.º 4.º, 59.º (*in fine*), com referência aos n.ºs 2.º e 6.º do artigo 5.º, aos n.ºs 2.º e 8.º do artigo 6.º, ao artigo 7.º, designadamente aos n.ºs 1.º, 3.º e 7.º e n.º 1.º do artigo 61.º (manobras perigosas), todos do Código da Estrada, porquanto, ao conduzir o seu veículo ligeiro MP-10-72, atropelou mortalmente